

EDITORIAL

ENTREVISTA | ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

ARTIGOS DESTA EDIÇÃO:

OPORTUNIDADE PARA DOAÇÕES

CONCEITO DE SANDBOX

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

CONTRATO BILATERAL

CLIQUE LENIÊNCIA

LGPD NA PRÁTICA

RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

PUBLICAÇÃO DO

COMITÊ JURÍDICO
ITALCAM

OUT/NOV/DEZ 2021

RASSEGNA LEGALE



COJUR
COMITÊ JURÍDICO
CÂMARA ÍTALO-BRASILEIRA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA



Vicente Bagnoli
Presidente do CoJur

Editorial

Chegamos à última edição do ano de **Affari** e, da mesma forma, também da **Rassegna Legale**, publicação do Comitê Jurídico da ITALCAM (CoJur), que, em 2021, passou a ser vinculada a essa prestigiosa revista, lida em todo o mundo, nas versões impressa e digital.

Nesta edição, o entrevistado é Alexandre Cordeiro Macedo, que assumiu a presidência do CADE em julho passado. Ele trouxe interessantes informações acerca da defesa da concorrência, incluindo estímulos aos investimentos no País, economia digital, desafios e metas da sua gestão e a cooperação entre CADE e AGCM, a autoridade italiana da concorrência.

Como de costume, esta edição conta com variados artigos de advogados do CoJur das mais diversas especialidades, abordando temas atuais e relevantes, especialmente para o universo das empresas.

Sempre oportuno destacar os diversos *webinars* organizados pelo CoJur em 2021, os quais promoveram reflexões importantes acerca de questões desafiadoras do Direito para empresas. Os *webinars* podem ser acessados no canal da ITALCAM no Youtube (QR Code abaixo).

Também merecedores de destaque são os *webinars* que ouviram os candidatos à presidência da OAB/SP, como forma de assegurar o debate e o exercício democrático para a escolha dos candidatos.

Mais uma vez, o meu agradecimento aos amigos e membros do CoJur, bem como aos apoiadores da **Rassegna Legale**, que tornaram possível todo esse trabalho, assim como ao presidente Graziano Messina, pela confiança que nos foi depositada.

Boa leitura e votos de um Santo Natal.
Até 2022, com todos os desafios que nos aguardam!

Siamo arrivati all'ultimo numero dell'anno di Affari e, allo stesso modo, anche di Rassegna Legale, pubblicazione del Comitato Legale di ITALCAM (CoJur), che nel 2021 si è legata a questa prestigiosa rivista, letta in tutto il mondo, sulla carta stampata e in versione digitale.

In questa edizione l'intervistato è Alexandre Cordeiro Macedo, che ha assunto la presidenza del CADE lo scorso luglio. Ha portato informazioni interessanti sulla difesa della concorrenza, compresi gli incentivi agli investimenti nel Paese, l'economia digitale, le sfide e gli obiettivi della sua gestione e la cooperazione tra CADE e AGCM, l'autorità italiana garante della concorrenza.

Come di consueto, questa edizione presenta numerosi articoli di avvocati CoJur delle più diverse specialità, affrontando temi attuali e rilevanti, soprattutto per l'universo delle imprese.

È sempre opportuno evidenziare i vari webinar organizzati da CoJur nel 2021, che hanno promosso importanti riflessioni su problematiche legali impegnative per le aziende. I webinar sono accessibili sul canale Youtube di ITALCAM (QR Code sotto).

Da segnalare anche i webinar che hanno visto la partecipazione dei candidati alla presidenza dell'OAB/SP, come modo per garantire il dibattito e l'esercizio democratico per la scelta dei candidati.

Ringrazio ancora una volta gli amici e i membri del CoJur, nonché i sostenitori di Rassegna Legale, che hanno reso possibile tutto questo lavoro, nonché il Presidente Graziano Messina, per la fiducia riposta in noi.

Buona lettura e auguri di un Santo Natale.
Arrivederci al 2022, con tutte le sfide che ci aspettano!





APOIO



Chaves, Gelman, Machado, Gilberto e Barboza

Chiarottino e Nicoletti

— ADVOGADOS —



CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER



STUDIO LORENZETTI MARQUES



Panella Advogados



VINHAS E REDENSCHI ADVOGADOS

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Alexandre Cordeiro Macedo é, desde julho passado, o novo presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça, cuja missão é zelar pela livre concorrência no mercado. No âmbito do Poder Executivo, cabe ao CADE investigar e decidir sobre matéria concorrencial, além de fomentar a cultura da livre concorrência. O novo dirigente é formado em direito e economia e tem doutorado em direito econômico, além de ser mestre em direito constitucional. Na entrevista a seguir ele fala sobre o trabalho à frente da autarquia:

A QUE O SENHOR ATRIBUI O RECONHECIDO SUCESSO DO CADE NA DEFESA DA LIVRE CONCORRÊNCIA?

O CADE tem se empenhado em fortalecer sua missão de zelar pela livre concorrência no mercado, por meio do seu plano estratégico, alinhado aos desafios de aumento da produtividade da economia, ampliação da competitividade do Brasil e aproximação com as economias desenvolvidas. Internamente, o aprimoramento do quadro de servidores e colaboradores tem sido realizado mediante ações de capacitação, contribuindo para elevar o seu nível técnico e profissional e possibilitando uma atuação mais eficiente na análise de atos de concentração e no combate a infrações à ordem econômica. O CADE também tem buscado fortalecer a comunicação e parceria com os demais órgãos da Administração Pública, cuja atuação afeta e se relaciona com a defesa da concorrência, como agências reguladoras, Banco Central, a ANPD e o Ministério Público Federal. Essa atuação ativa tem resultado em compartilhamento de dados e informações de forma eficiente e segura, e permitido a convergência de entendimentos acerca de assuntos controversos e que geravam problemas na atuação entre as autoridades.



Foto: Divulgação

E NO ÂMBITO INTERNACIONAL?

O CADE tem participado ativa e frequentemente de fóruns de discussão antitruste promovidos pela UNCTAD, OCDE e BRICS, bem como assumiu junto ao ICN a copresidência do Merger Working Group, em conjunto com as autoridades do Reino Unido e da Espanha. Essa atuação permite ao CADE maior proximidade com discussões internacionais sobre o direito antitruste, a contribuição com ideias de aprimoramento dessas discussões e maior compreensão do funcionamento de outras autoridades, ampliando o *know how* e a atuação no *enforcement* antitruste.

EM QUE MEDIDA TAL DEFESA PODE ESTIMULAR INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL?

A defesa da livre concorrência possui previsão constitucional. A CF/88 determinou como uma das premissas fundamentais da ordem econômica no Brasil a descentralização de decisões pelos agentes econômicos nos mercados em que atuam. Esse fato, além de garantir competitividade entre os agentes, contribui para a inovação e o atendimento às demandas dos consumidores pelos agentes econômicos, e possui como efeitos o incentivo à inovação, gerando preços mais competitivos e melhor qualidade dos bens e

DIFESA DELLA CONCORRENZA

Alexandre Cordeiro Macedo è, da luglio, il nuovo presidente del Consiglio Amministrativo per la Difesa Economica (CADE), agenzia federale legata al Ministero della Giustizia del Brasile, la cui missione è garantire la libera concorrenza nel mercato. Nell'ambito del potere esecutivo, il CADE ha il compito di indagare e decidere in materia di concorrenza, oltre a promuovere la cultura della libera concorrenza. Il nuovo leader è laureato in diritto ed economia e possiede un dottorato in diritto economico, oltre a un master in diritto costituzionale. Nell'intervista che segue, ci parla del suo lavoro a capo del Consiglio:

A quali fattori attribuisce il riconosciuto successo del CADE nella difesa della libera concorrenza? Il CADE ha cercato di rafforzare la propria missione di vigilare sulla libera concorrenza nel mercato attraverso un piano strategico, allineato con le sfide di aumentare la produttività dell'economia e la competitività del Brasile, avvicinandolo alle economie sviluppate. Internamente, la formazione di funzionari e collaboratori ha contribuito ad elevare il loro livello tecnico e professionale, permettendo una performance più efficiente nell'analisi degli atti di concentrazione e nella lotta contro le violazioni all'ordine economico. Il CADE ha anche cercato di rafforzare la comunicazione e la partnership con altre agenzie della Pubblica Amministrazione, come ad esempio la Banca Centrale, l'ANPD e il Pubblico Ministero Federale, la cui attività influisce ed è legata alla difesa della concorrenza. Questa partecipazione attiva ha portato alla condivisione di dati e informazioni in modo efficiente e sicuro, e ha permesso la convergenza di intese su questioni controverse e che hanno generato problemi nei rapporti tra le diverse autorità.

E in ambito internazionale? Il CADE ha partecipato attivamente e frequentemente ai forum di discussione antitrust promossi da UNCTAD, OCSE e BRICS, oltre ad assumere con l'ICN la co-presidenza del Merger Working Group, insieme alle autorità di Regno Unito e Spagna. Ciò permette al CADE di seguire più da vicino le discussioni internazionali sul diritto antitrust, contribuendo al dibattito, comprendendo meglio il funzionamento di altre autorità ed espandendo il know-how e l'applicazione del diritto antitrust.

In che misura tale difesa può stimolare gli investimenti stranieri in Brasile?

La difesa della libera concorrenza è prevista dalla nostra costituzione. La Costituzione federale del 1988 ha determinato, tra le premesse fondamentali dell'ordine economico in Brasile, la decentralizzazione delle decisioni degli agenti economici nei mercati in cui operano. Questo principio, oltre a garantire la competitività tra gli agenti, contribuisce all'innovazione e all'ascolto delle istanze dei consumatori da parte degli agenti economici, con l'effetto di stimolare l'innovazione, con prezzi più competitivi e beni e servizi di migliore qualità. Il mantenimento di un ambiente competitivo sano incoraggia l'apertura commerciale, rafforza il funzionamento di mercati più dinamici ed è più attraente per gli investimenti delle imprese straniere, che in ciò vedono uno scenario promettente di sviluppo economico e la generazione di benefici per i consumatori.

Il CADE è uno dei membri del Merger Working Group dell'International Competition Network (ICN) e ha un accordo di cooperazione con l'Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato (AGCM). Cosa significa ciò?

Alla luce del contesto transnazionale caratterizzato da atti di concentrazione economica

“ AMBIENTE SAUDÁVEL ESTIMULA ABERTURA COMERCIAL ”

serviços. A manutenção de um ambiente concorrencial saudável incentiva a abertura comercial e fortalece o funcionamento de mercados mais dinâmicos e mais atrativo aos investimentos de empresas estrangeiras, exatamente por verificarem um cenário promissor de desenvolvimento econômico e geração de benefícios aos consumidores.

O CADE É UM DOS RESPONSÁVEIS PELO GRUPO DE TRABALHO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO DA INTERNATIONAL COMPETITION NETWORK (ICN) E POSSUI ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A AUTORITÀ GARANTE DELLA CONCORRENZA E DEL MERCATO (AGCM). O QUE ISSO SIGNIFICA?

Tendo-se em vista o contexto transnacional de atos de concentração econômica e de condutas anticoncorrenciais, é fundamental que os agentes estatais e as organizações internacionais estabeleçam canais de cooperação para compartilhar, desenvolver e alinhar as melhores práticas e procedimentos concorrenciais. O acordo de cooperação entre CADE e AGCM estabelece bases para a cooperação interinstitucional, prevendo atividades de assistência técnica, intercâmbio de informações de ordem pública e consultas envolvendo aplicação de suas respectivas normas de concorrência, bem como outras atividades de interesse recíproco. Já a participação no ICN Merger Working Group visa promover efetividade de mecanismos de análise de atos de concentração econômica, além de buscar a convergência da atividade de autoridades concorrenciais, reduzindo custos para atuação concatenada na análise de operações multijurisdicionais de fusão e aquisição.

COMO O CADE LIDA COM AS QUESTÕES DA ECONOMIA DIGITAL E O DIREITO DA CONCORRÊNCIA?

A economia digital demanda das autoridades de defesa da concorrência atuação focada na compreensão destes mercados, cuja dinâmica e intervenção na economia se distingue do que se entendia nos mercados tradicionais. Nos mercados digitais os dados e informações sobre usu-

ários são um dos ativos mais importantes, pois a partir deles essas empresas definem estratégias e qualificam os procedimentos de tomadas de decisão. Em junho de 2021, o CADE firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a fim de estabelecer uma parceria em relação aos serviços que demandam a utilização e proteção dos dados pessoais, além de ter lançado um estudo elaborado pelo DEE [Departamento de Estudos Econômicos] em que estabeleceu um *benchmarking* internacional sobre a atuação das autoridades de defesa da concorrência internacionais e a proteção de dados. À medida que esses casos surgirem será possível analisar concretamente a suficiência dos procedimentos para lidar com esse contexto digital.

QUAIS OS MAIORES DESAFIOS E METAS DA SUA GESTÃO NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS?

Vislumbro a manutenção do desempenho eficaz e ativo do CADE como órgão de defesa da concorrência no Brasil e na proteção à ordem econômica, no cenário nacional e internacional. Seja no âmbito de atuação preventiva ou repressiva, é preciso adotar medidas de menor intervenção no ambiente concorrencial e no livre comportamento dos *players* dos mercados. Para tanto, o controle preventivo exige atenção um pouco maior, considerando que é a partir dele que se permite aos agentes construir suas estratégias de mercado sem prejuízos futuros decorrentes do controle feito *a posteriori*. Em razão dos efeitos gerados pela pandemia da covid-19, como o aumento de inflação e pressão na demanda, assim como o aumento em 2021 de fusões e aquisições de empresas, é preciso voltar os olhares aos mercados em que estes movimentos vêm ocorrendo com maior vigor e cuidar para que a atuação do CADE se mantenha em linha com a prevenção de condutas anticompetitivas, mas, ao mesmo tempo, de concessão de maior liberdade à organização de cada mercado pelos próprios agentes nele atuantes.



AMBIENTE SANO INCORAGGIA L'APERTURA COMMERCIALE

e da comportamenti anticoncorrenziali, è fondamentale che agenti statali e organizzazioni internazionali stabiliscano canali di cooperazione per condividere, sviluppare e allineare le migliori pratiche e procedure di concorrenza. L'accordo di cooperazione tra CADE e AGCM stabilisce le basi per la cooperazione interistituzionale, prevedendo attività di assistenza tecnica, scambio di informazioni di ordine pubblico e consultazioni sull'applicazione delle rispettive regole di concorrenza, così come altre attività di reciproco interesse. La partecipazione al Merger Working Group dell'ICN mira a promuovere l'efficacia dei meccanismi di analisi degli atti di concentrazione economica, oltre a cercare la convergenza nelle attività delle autorità garanti della concorrenza, riducendo i costi per un'azione coordinata nell'analisi delle operazioni di fusione e acquisizione multi-giurisdizionali.

In che modo il CADE si occupa delle questioni legate all'economia digitale e al diritto della concorrenza? L'economia digitale esige dalle autorità della concorrenza azioni incentrate sulla comprensione di questi mercati, la cui dinamica e il cui intervento nell'economia differiscono da quanto è stato compreso per quanto riguarda i mercati tradizionali. Nei mercati digitali, i dati e le informazioni sugli utenti sono uno degli asset più importanti, perché a partire da essi le aziende definiscono le strategie e qualificano le procedure decisionali. Nel giugno 2021, il CADE ha firmato un accordo di cooperazione tecnica con l'Autorità Nazionale per la Protezione dei Dati (ANPD), al fine di stabilire una partnership per i servizi che richiedono l'uso e la protezione dei dati personali. Inoltre, ha lanciato uno studio preparato dal DEE in cui è stato stabilito un benchmarking internazionale sulle prestazioni delle autorità internazionali di difesa della concorrenza e protezione dei dati. Man mano che questi casi si presentano, sarà possibile verificare concretamente se le procedure per affrontare questo contesto digitale sono sufficienti.

Quali sono le maggiori sfide e gli obiettivi della sua gestione per i prossimi quattro anni? Mi aspetto che il CADE continui ad operare in modo efficiente e attivo in qualità di organo di difesa della concorrenza in Brasile e nella protezione dell'ordine economico, in ambito nazionale e internazionale. Sia nel campo d'azione preventivo che in quello repressivo, è necessario adottare misure di minor intervento nell'ambiente competitivo e nel libero comportamento degli attori del mercato. Pertanto, il controllo preventivo richiederà un po' più di attenzione, considerando che è sulla base di esso che gli agenti sono autorizzati a costruire le loro strategie di mercato senza perdite future derivanti dal controllo realizzato a posteriori. A causa degli effetti generati dalla pandemia di covid-19, tra cui l'aumento dell'inflazione e la pressione sulla domanda, così come l'aumento delle fusioni e delle acquisizioni nel 2021, è necessario rivolgere lo sguardo ai mercati in cui questi movimenti si sono verificati con maggior vigore, facendo attenzione affinché le azioni del CADE restino in linea con la prevenzione delle condotte anticoncorrenziali ma, allo stesso tempo, con la concessione di maggiore libertà all'organizzazione di ogni singolo mercato da parte degli stessi agenti che in esso operano.



OPORTUNIDADE PARA DOAÇÕES

Não incidência do ITCMD sobre doações realizadas por pessoa residente na Itália ou no exterior em geral

Em vista do julgamento, pelo STF, do Rec. Extraordinário 851.108, publicado em 20.04.21, foi declarada a inconstitucionalidade da cobrança do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) pelo Estado de SP, em processo no qual uma contribuinte questionava a cobrança de ITCMD sobre o recebimento de imóvel em Treviso e de quantia em euros, a si destinadas por testamento, por cidadão residente na Itália.

OPPORTUNITÀ PER DONAZIONI

Non imponibilità dell'Imposta di Donazione in Brasile (ITCMD) su donazioni realizzate da persona residente in Italia

Alla luce della decisione dello STF (Rec. Straordinario 851.108) pubblicata nel 20.04.21, è stata dichiarata l'incostituzionalità dell'imponibilità dell'ITCMD dallo Stato di SP, in processo in cui la donataria si rifiuta a pagare l'ITCMD sul ricevimento di un'immobile a Treviso e di importo in Euro, a se destinati per via di successione testamentaria.

Tale decisione ha effetto vincolante, ed ha messo fine a discussioni giudiziali in corso negli ultimi 30 anni. La sua base legale è appunto la Costituzione Federale del Brasile (art. 155, §1º, III), secondo la quale, la competenza per l'imponibilità dell'ITCMD deve essere regolata da una Legge Speciale (LC), negli ipotesi in cui (i) il donante o deceduto è/era residente all'estero; (ii) i beni ereditati sono situati all'estero, oppure (iii) il proprio processo di successione viene realizzato all'estero. La LC è un tipo speciale di legge infracostituzionale, la quale, finora, non è stata approvata.

Inoltre, lo STF ha determinato che sua decisione è efficace non solo per donazioni e decessi accaduti dal 20.04.2021 (data di pubblicazione della decisione), ma anche per situazioni anteriori, purché oggetto di discussioni giudiziali in corso da allora.

Perciò, dal 20.04.21, individui residenti fiscali all'estero hanno legittimità riconosciuta dallo STF, per fare donazioni a residenti in Brasile, senza l'imponibilità dell'ITCMD. Tratasi di opportunità da essere profittata fino a che, effettivamente, sia promulgata la LC menzionata dalla CF.

brança de ITCMD sobre o recebimento de imóvel em Treviso e de quantia em euros, a si destinadas por testamento, por cidadão residente na Itália.

A base legal para tal decisão, que, em virtude de seu efeito vinculante, pôs fim a discussões judiciais em curso nos últimos 30 anos, é o art. 155, §1º, III, da Const. Federal (CF). Segundo este dispositivo, a cobrança do ITCMD, nos casos em que (i) o doador ou falecido é/era domiciliado no exterior; (ii) os bens herdados estão localizados no exterior; ou (iii) o próprio inventário é realizado fora do Brasil, deve ter a competência regulada por lei complementar (LC), a qual, até a presente data, não foi votada e aprovada.

Em vista disso, o STF determinou que referida decisão é eficaz não apenas para doações e falecimentos que ocorram a partir da data de publicação do acórdão (20.04.2021), mas também para situações pretéritas objeto de ações judiciais já em curso na ocasião.

Desse modo, desde 20.04.21, pessoas físicas residentes fiscais no exterior possuem legitimidade reconhecida pelo STF, para realizar doações de bens a residentes no Brasil, sem recolhimento do ITCMD. Trata-se de oportunidade que poderá ser usufruída até que, enfim, seja promulgada a LC prevista pela CF.



CONCEITO DE SANDBOX

Funcionamento e regulação das startups a partir da Lei Complementar 182

Brasil passou a conviver com um novo cenário para criação, funcionamento e regulação das *startups* a partir da Lei Complementar 182 (01/06/2021). Há muito que se entender e interpretar acerca dessa lei, mas é possível enxergar elementos úteis a este ambiente negocial. Um dos pontos mais relevantes é a introdução do chamado “ambiente regulatório experimental”, com flexibilização legal de normas e requisitos em setores de ampla e rigorosa regulação. O intuito é gerar oportunidades para projetos com novas tecnologias e potencialmente eficazes, mas inviáveis se sujeitos a todas as exigências e requisitos previstos em lei.

Tal iniciativa, conhecida como “sandbox”, não é exatamente nova. O que suscita interesse é o fato de este conceito ter sido expressamente introduzido no marco das *startups* numa clara sinalização de estímulo ao desenvolvimento econômico mesmo em detrimento de exigências legais pré-estabelecidas.

Há alguns cuidados que se esperam do órgão regulador, o maior interessado neste processo. Espera-se que a agência que viabilizar essa possibilidade se responsabilize pela segurança e garantia das empresas beneficiárias e das eventuais concorrentes, garantindo a facilitação e, na esteira, a isonomia do processo.

Por outro lado, a inovação decorrente dos processos implementados deve ser propiciada aos usuários finais em sua plenitude, o que é o objetivo último do órgão regulador. Na prática, todavia, o que se conclui é que a iniciativa para o desenvolvimento de um projeto desse tipo acaba partindo do empreendedor, que identifica os obstáculos criados por exigências que possam ser superadas com os procedimentos de flexibilização e apresenta o adequado planejamento.

Este parece ser o futuro da inovação no ambiente regulatório experimental. Estar a par dessas prerrogativas é vantagem estratégica decisiva no mercado, especialmente no Brasil. É o caso de adiantar-se nesta análise do setor e aproveitar as oportunidades.

IL CONCETTO DELLA SANDBOX

Funzionamento e regolazione delle “startups” a partire dalla legge 182/2021

In Brasile inizia un nuovo ambiente riguardo la creazione, funzionamento e regolazione delle “startups” a partire dalla legge 182/2021. Il paese conta adesso con questa legge di stimolo all’imprenditore del settore di tecnologia. C’è ancora tanto da capire e interpretare su questa nuova legge. Tuttavia si intravedono da subito certi elementi molto utili di questo particolare ambiente di lavoro. Uno dei suoi punti centrali è l’introduzione del cosiddetto “ambiente di regolazione sperimentale”, nel quale è legalmente prevista la riduzione delle norme e requisiti in settori soggetti a severi regolamenti specifici. L’obiettivo è propiziare delle opportunità di sviluppo a progetti fondati sull’utilizzo di nuove tecnologie che siano potenzialmente efficaci, ma anche non potrebbero essere portati avanti se sottomessi a tutte le esigenze e requisiti previsti dalla legge.

Questa iniziativa, meglio conosciuta come “sandbox”, non è nuova. Quel che è interessante è il fatto di aver ripreso il concetto proprio a proposito della legge sulle Startups, in un chiaro segnale di stimolo allo sviluppo economico anche se a spese di alcune esigenze legali prestabilite. Certe misure devono esser prese in considerazione da ogni organo di regolazione il quale è il grande interessato nel processo. Così che è da aspettarsi che ogni agenzia che sviluppi questa possibilità sia responsabile della sicurezza e garanzie tanto dell’azienda beneficiaria, quanto delle eventuali concorrenti, garantendo la semplificazione e l’isonomia del processo.

Infine, l’organo è responsabile per far sì che l’innovazione portata a termine arrivi all’utente con tutte le sue possibilità di sfruttamento. Praticamente tuttavia, si percepisce che l’iniziativa per lo sviluppo di un progetto di questo tipo finisce per partire sempre dall’imprenditore, che identifica gli ostacoli dati da certe barriere legali che possano essere superate da un procedimento di flessibilizzazione adeguato alle specifiche circostanze e propone il piano di azione corrispondente.

Sembra proprio che, in Brasile, si stia dinanzi al futuro dell’innovazione nell’ambiente di regolazione sperimentale. Conoscere queste prerogative significa stabilire importante vantaggio strategico decisiva in questo mercato. È il caso di farsi avanti nel settore, regolarsi di conseguenza e approfittare le eventuali opportunità.



CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

Cláusulas de segurança jurídica para fatos supervenientes e imprevisíveis

Nos contratos de empreendimentos imobiliários (permuta) são negociadas condições que serão realizadas ao longo do negócio e, no entanto, o projeto imobiliário está sujeito às adversidades que impactam no cumprimento das obrigações e podem levar a rescisão

contratual prematura.

Sugere-se a adoção de cláusulas conhecidas como MAC (material adverse changes) importadas do direito societário visando à adoção de cláusulas de renegociação na hipótese do surgimento de fatos supervenientes e imprevisíveis, como (I) advento de obrigação excessivamente onerosa; (II) extrema vantagem para outra parte; (III) por fato extraordinário.

A cláusula "HARDSHIP" preconiza o dever das partes de renegociar o contrato caso ocorra impasse entre elas durante o curso do negócio, mediante o compromisso expresso de discutir e buscar uma solução amigável antes de rescindir o contrato ou ajuizar uma ação.

Deve-se ter atenção especial às condições resolutivas, as quais são avaliadas preponderantemente após a fase da *due diligence*, quando se investiga dívidas ou impedimentos legais ensejadores de restrições quanto à segurança documental do negócio, evitando-se fraude à execução ou problemas ambientais.

As garantias de pagamento ou entrega da obra podem ser protegidas por contrato de seguro (performance bond), fiança bancária, seguro fiança, garantia imobiliária, garantia fidejussória e, eventualmente, por alienação fiduciária, dentre outros arranjos contratuais.

CONTRATTI IMMOBILIARI

Clausole di sicurezza giuridica per fatti sopravvenuti e imprevedibili

Nei contratti di iniziativa immobiliare (permuta), vengono negoziate condizioni che saranno eseguite nel corso dell'affare e, ciò nonostante, il progetto immobiliare è soggetto alle difficoltà che incidono sull'esecuzione degli obblighi e che possono portare alla risoluzione prematura del contratto.

Si suggerisce l'adozione delle clausole note come il MAC (material adverse changes) prese dal diritto societario che mirano alla rinegoziazione in caso di fatti successivi e imprevedibili, come (I) l'avvento di un obbligo eccessivamente oneroso; (II) un vantaggio estremo per l'altra parte; (III) un fatto straordinario.

La clausola "HARDSHIP" prevede l'obbligo delle parti di rinegoziare il contratto in caso di impasse fra loro, nel corso degli affari, attraverso un esplicito accordo che stabilisca di discutere e cercare una soluzione amichevole prima di rescindere il contratto o fare causa.

Si deve fare particolare attenzione alle condizioni risolutive, che vengono valutate principalmente dopo la fase di *due diligence*, quando s'indaga sui debiti o sugli impedimenti legali che possono limitare la sicurezza dei documenti dell'affare, evitando le frodi nell'esecuzione o i problemi ambientali.

Le garanzie di pagamento o di consegna del lavoro possono essere protette da un contratto di assicurazione (performance bond), garanzia bancaria, fideiussione, garanzia immobiliare, garanzia personale ed eventualmente dalla vendita fiduciaria, fra gli altri accordi contrattuali disponibili.



CONTRATO BILATERAL

Equivalência e a MP da Liberdade Econômica

A insegurança jurídica é um conhecido fator de risco econômico no Brasil. Aqui, um contrato não é garantia de cumprimento de obrigações. Exemplo: decisão judicial que rejeita o pedido de pagamento do vendedor pela venda da participação societária a seu ex-sócio na sociedade comum, mesmo depois de o ex-sócio ter assumido e gerido a empresa por dois anos. A justificativa: por ter a empresa falido depois, ela, provavelmente (suposição), não tinha valor quando da celebração do contrato. O curioso: a própria decisão admite desconhecer o motivo pelo qual o ex-sócio (que participava do negócio) se dispôs a comprar a empresa. Para um investidor, situações assim são estarrecedoras.

O contrato de compra e venda é espécie de “contrato bilateral sinalagmático”, um contrato de troca: as partes intercambiam prestações que, em sua percepção particular, têm o mesmo valor. Ou seja, cada um recebe por sua prestação uma contraprestação de valor igual, segundo sua avaliação subjetiva; um ‘equivalente’.

Essa máxima, no entanto, é frequentemente ignorada (como no caso acima). A chamada MP da Liberdade Econômica (convertida na Lei 13.874/2019) procurou corrigir essa situação, inserindo no Código Civil diversos preceitos, como a intervenção mínima do Estado, presunção de paridade negocial dos contratantes, excepcionalidade na revisão contratual. Espera-se, assim, uma mudança cultural tardia, porém efetiva. Já passou da hora de permitir aos indivíduos que arquem com suas próprias decisões, “sem choro nem vela”.

CONTRATTO BILATERALE

L'Equivalenza e la Misura provvisoria della Libertà economica

L'incertezza giuridica è conosciuta come un fattore di rischio economico in Brasile. Qui, un contratto non è una garanzia di adempimento degli obblighi. Ad esempio: una decisione del tribunale che rigetta la richiesta di pagamento del venditore per la vendita della partecipazione al suo ex socio nella società comune, anche dopo che l'ex socio ha assunto e gestito la società per due anni. La giustificazione: visto che la società è fallita in seguito, probabilmente era (ipotesi) priva di valore al momento della firma del contratto. La cosa curiosa: la decisione stessa ammette di non conoscere il motivo per cui l'ex socio (che partecipava all'attività) era disposto ad acquistare l'azienda. Per un investitore, situazioni come questa sono spaventose.

Il contratto di compravendita è una sorta di contratto bilaterale “sinalagmatico”, cioè un contratto di scambio: entrambe le parti si scambiano benefici che, nella propria particolare percezione, hanno lo stesso valore. In altre parole, ciascuna parte riceve un corrispettivo di pari valore per la propria fornitura, secondo la propria valutazione soggettiva, o un “equivalente”.

Questa massima, tuttavia, viene spesso ignorata (come nel caso sopra). La cosiddetta “Misura provvisoria della Libertà economica” (convertita nella Legge n. 13.874/2019) ha cercato di correggere tale situazione, mediante l'inserimento di vari precetti nel Codice Civile, quali l'intervento minimo dello Stato, la presunzione di una parità contrattuale delle parti contraenti, l'eccezionalità nella revisione contrattuale. Quindi si prevede un cambiamento culturale tardivo, ma effettivo: è tempo che gli individui possano assumersi la responsabilità delle proprie decisioni, “senza lutto, né candele”.



CLIQUE LENIÊNCIA

A expansão digital da negociação de acordos de leniência no Brasil

A autoridade concorrencial brasileira (CADE) lançou em outubro uma plataforma online chamada “Clique Leniência” para pedidos de negociação de acordos de leniência. O acordo de leniência permite que pessoas ou empresas que cometeram infrações contra a ordem econô-

mica confessem, delatem terceiros e detalhem a prática de tais ilícitos para posterior investigação do CADE em troca de benefícios administrativos, criminais e econômicos.

Os beneficiários (ou lenientes) poderão ser beneficiados, por exemplo, com: (1) a extinção da ação administrativa no CADE ou a redução de 1 a 2/3 da penalidade aplicável; (2) a dispensa de qualquer pagamento (multa ou contribuição) por infração contra a ordem econômica; e (3) a extinção da ação criminal.

Apenas o primeiro delator, individualmente ou em conjunto no caso de empresas do mesmo grupo econômico e pessoas físicas relacionadas, beneficia-se do acordo de leniência. Os delatados são investigados e, eventualmente, punidos pelo CADE e até por outras autoridades públicas, uma vez que o cartel pode ser punido em outras searas jurídicas, como a criminal.

Infrações contra a ordem econômica, como cartéis, podem levar a multas de até 20% do faturamento bruto da empresa, além de penas criminais de reclusão de até 5 anos e multa, no caso de indivíduos.

A assessoria de um advogado especializado, portanto, é essencial para compreender a matéria e avaliar a viabilidade de um acordo de leniência.

CLICK CLEMENZA

L'espansione digitale della negoziazione degli accordi di clemenza in Brasile

A ottobre, l'autorità brasiliana della concorrenza (CADE) ha lanciato una piattaforma online chiamata “Click-clemenza” per le richieste di negoziare accordi di clemenza. L'accordo di clemenza consente alle persone o alle società che hanno commesso infrazioni all'ordine economico di confessare, denunciare altri coinvolti e dettagliare la pratica di tali reati per ulteriori indagini da parte del CADE in cambio di benefici amministrativi, penali ed economici.

I beneficiari (o clementi) possono beneficiare, ad esempio, di: (1) l'estinzione dell'azione amministrativa in CADE o la riduzione da 1 a 2/3 della sanzione applicabile; (2) la rinuncia a qualsiasi pagamento (ammenda o contributo) per un'infrazione all'ordine economico; e (3) l'estinzione dell'azione penale.

Solo il primo segnalante, individualmente o congiuntamente nel caso di società dello stesso gruppo economico e soggetti collegati, beneficia dell'accordo di clemenza. Gli imputati vengono indagati ed eventualmente puniti dal CADE e anche da altre autorità pubbliche, poiché il cartello può essere punito in altri ambiti legali, come quello penale.

Le violazioni dell'ordine economico, come i cartelli, possono comportare sanzioni pecuniarie fino al 20% del reddito lordo aziendale, oltre a sanzioni penali fino a 5 anni di reclusione e sanzioni pecuniarie, nel caso di persone fisiche.

La consulenza di un legale esperto, quindi, è fondamentale per comprendere la materia e valutare la fattibilità di un accordo di clemenza.



LGPD NA PRÁTICA

Regulamentação das sanções administrativas pela ANPD

As multas e sanções previstas na Lei Geral de Proteção de Dados estão vigentes desde 1º de agosto de 2021 e, com isso, aumentou o temor das empresas quanto às implicações práticas da LGPD. A Agência Nacional de Proteção de Dados foi incumbida pela legislação de regulamentar as sanções previstas na LGPD. Uma minuta de regulamento já foi objeto de consulta pública, assim como os aspectos específicos atinentes às microempresas e empresas de pequeno porte, com a possível simplificação dos procedimentos de cumprimento de exigências legais.

E, como já se sabe, a LGPD prevê penalidades severas às empresas, incluindo multas de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Entretanto, o discurso da ANPD é no sentido de prevenção e monitoramento das práticas, para posterior aplicação de sanções, baseando-as, sobretudo, na conduta das próprias empresas, e a considerar, dentre outros, o grau de cooperação do agente e a adoção de medidas corretivas ao incidente na aplicação de sanções.

A minuta de regulamento editada pela ANPD ainda não se encontra finalizada, entretanto, considerando as manifestações públicas da própria ANPD, por uma abordagem responsiva, gradual e colaborativa, é imprescindível que as empresas tenham em mente a relevância e a necessidade de adequação aos termos da LGPD, especialmente para mitigação de eventuais riscos de sanções graduais decorrentes de incidentes com dados pessoais, que no cenário brasileiro mostram-se ultimamente corriqueiros.

LGPD IN PRATICA

Regolamentazione delle sanzioni amministrative da parte dell'ANPD

Le multe e sanzioni previste dalla Legge Generale sulla Protezione dei Dati sono in vigore dal 1º agosto 2021, e con ciò ha aumentato il timore delle aziende riguardo alle implicazioni pratiche della LGPD. L'Agenzia Nazionale per la Protezione dei Dati è stata incaricata di disciplinare le sanzioni previste dalla LGPD. Una bozza di regolamento è già stata sottomessa alla consultazione pubblica, così come gli aspetti specifici relativi alle micro e piccole aziende, con eventuale semplificazione delle procedure per l'adempimento delle esigenze legali.

E, come è già noto, la LGPD prevede sanzioni severe per le aziende, tra le quali sanzioni pecuniarie fino a R\$ 50.000.000,00 (cinquanta milioni di reais) per infrazione, tuttavia il discorso dell'ANPD è verso la prevenzione e il monitoraggio delle pratiche, per la successiva applicazione delle sanzioni, basate soprattutto sulla condotta delle proprie aziende, e da tenere in considerazione, tra altri, il livello di collaborazione dell'agente e l'adozione di misure correttive all'incidente al momento della determinazione delle sanzioni.

La bozza del regolamento preparata dall'ANPD non è ancora stata finalizzata, tuttavia, considerate le manifestazioni pubbliche dell'ANPD, attraverso un approccio responsivo, graduale e collaborativo, è fondamentale che le aziende tengano presente la rilevanza e la necessità di adeguarsi ai termini della LGPD, specialmente per mitigare i possibili rischi di sanzioni graduali derivanti da incidenti con dati personali, attualmente comune nello scenario brasiliano.



RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Com o avanço da vacinação, sua empresa está preparada para o retorno às atividades presenciais?

A discussão quanto à obrigatoriedade da vacinação de colaboradores ainda é bastante polêmica no Brasil. Se em alguns países já há obrigatoriedade do passaporte sanitário para os trabalhadores, como na Itália, por aqui vemos muitos questionamentos por parte das empresas sobre a exigência da vacinação antes do retorno às atividades presenciais e promoção de eventos para clientes.

RITORNO ALLE ATTIVITÀ PRESENZIALE

Com i progressi della campagna di vaccinazione, la sua impresa é preparata per il ritorno all'attività presenziale?

La discussione sull'obbligo di vaccinazione dei collaboratori é controversa in Brasile. In alcuni paesi, come in Italia, vige l'obbligo del passaporto sanitario per i lavoratori, qui esistono dubbi tra le imprese sull'esigenza della vaccinazione per lavorare in presenza o promuovere eventi per i clienti.

Pur esistendo diverse interpretazioni (Libertá individuale contro il dovere del datore di lavoro di occuparsi della sicurezza dei collaboratori) prevale l'idea che il datore di lavoro é un attore rilevante nella lotta al Covid 19.

Esistono dele misure che possono limitare i rischi per l'impresa di fronte ad un'eventuale domanda giudiziaria.

- Riformulare il PPRA e PCMSO per valutare i rischi di contagio, con misure di riduzione dei rischi, come il processo di vaccinazione

- Promuovere campagne di conscientizzazione sull'importanza della vaccinazione, modificare gli ambienti di lavoro, mettere a disposizione alcool gel e mascherine.

- Trattare individualmente i casi di rifiuto, confutarne le ragioni; se queste persistono, valutare la possibilità di rescindere il contratto del collaboratore

La presidente del TST, Maria Cristina Peduzzi, ha affermato recentemente che il rifiuto infondato del collaboratore a vaccinarsi può nuocere il bene coletivo, potendo configurare la possibilità di licenziamento per giusta causa. La questione rimane controversa, soprattutto se consideriamo che il 1.11.2021 il Ministero del Lavoro ha emesso la disposizione 620, che vieta ai datori di lavoro di richiedere l'obbligo di vaccinazione per i dipendenti o per chi vuole ottenere un nuovo impiego.

Embora tenhamos visto diferentes entendimentos (Liberdade individual X Dever do empregador de zelar pela segurança dos colaboradores), prevalece o entendimento de que empregador é agente relevante no combate à covid-19.

Há medidas que podem mitigar os riscos para a empresa, caso enfrente demanda judicial sobre o tema, como:

- revisar o PPRA e PCMSO para que tratem do risco de contaminação, incluindo medidas de redução do risco, como o processo de vacinação;
- promover campanhas internas de conscientização quanto a importância da vacinação, adaptar suas instalações, disponibilizar álcool gel e máscaras;
- tratar individualmente das hipóteses de recusa, buscando entender os fundamentos e, se esta persistir, avaliar interesse na rescisão do contrato.

A Presidente do TST, Min. Maria Cristina Peduzzi, afirmou recentemente que a recusa infundada do colaborador de se vacinar pode comprometer o bem coletivo, podendo ensejar na rescisão do contrato por justa causa.

A questão é ainda bastante incerta, especialmente se atentarmos ao fato de que, em 01/11/2021, o MTP publicou a Portaria nº 620 vedando a exigência de comprovante de vacinação para os empregados, seja para obtenção ou manutenção do emprego.